1 FÓRUM PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARANÁ.
2 **Ata da Quarta Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação**
3 **Docente.** Aos quatro dias do mês de outubro de 2016, realizou-se, a partir das 9 h, no
4 auditório da Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais, no bairro Boqueirão,
5 em Curitiba, em primeira convocação, a quarta Reunião Ordinária do Fórum
6 Permanente de Apoio à Formação Docente. Estiveram presentes representantes das
7 seguintes instituições: Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME);
8 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Conselho Estadual
9 de Educação (CEE); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade
10 Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino
11 Superior (Seti); Universidade do Centro-Oeste (Unicentro); Universidade Estadual de
12 Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade
13 Estadual do Norte do Paraná (Uenp); Universidade Tecnológica Federal do Paraná
14 (UTFPR); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); Universidade
15 Estadual de Ponta Grossa (UEPG), assim como diretorias e departamentos da
16 Secretaria de Estado da Educação. A Professora Fabiana Cristina Campos,
17 Superintendente da Educação, deu início à reunião saudando os presentes.
18 Apresentou o propósito da reunião, e sua dinâmica, e observou que a Prof.a Dolores
19 Follador, Secretária Executiva, está em férias, e está sendo representada por sua
20 assessora, Prof.a Marcia Galvan. **I. ATA:** Passou-se à apreciação da reunião da ata
21 anterior, que foi aprovada sem ressalvas adicionais às feitas por via eletrônica. **II.**
22 **POSSE DE NOVOS MEMBROS:** Sueli Édi Rufini, Hermínia Regina Bugeste Marinho
23 e Evandro Razzoto – titulares – e Tânia Mara Domingues, Sandra Cristina Ferreira e
24 Aroldo Messias de Melo Junior – suplentes (Seti); Wanda Terezinha Pacheco dos
25 Santos (Unicentro). O Professor Aroldo informou que a representação da Seti mudou,
26 e que será encaminhado documento informando a nova composição. A seguir, a
27 Professora Fabiana deu as boas-vindas aos novos membros. **II. INFORMES GERAIS:**
28 **1. Justificativas de ausência:** Elenita Conegero Pastor Manchope (Unioeste); Maria
29 Aparecida Crissi Knuppel (Unicentro); Maria de Fátima Rodrigues Pereira (Anfope);
30 Maria Luisa Furlan Costa (UEM); Nuria Pons Vilardell Camas (UFPR); Ana Tiyomi
31 Obara (UEM); Angela Maria de Souza Lima (UEL). **2. Decreto 8.752:** A Prof.a Márcia
32 Galvan, assessora da Prof.a Dolores, informou que estamos acompanhando as
33 informações do MEC e entramos em contato com nossa representante neste Fórum,
34 mas não obtivemos nenhuma informação adicional sobre o decreto. A Prof.a Maria
35 Irene afirmou que a informação que ela tem é que as mudanças são hoje
36 imprevisíveis, e que essa situação está provocando total insegurança. Esclareceu que
37 a Capes tem sido a última a saber sobre as decisões governamentais, e que estão
38 sendo realizadas substituições na chefia das equipes daquela coordenação. A
39 Professora xxxx observou que soube informalmente, em dois eventos da área da
40 Educação, que a nova equipe responsável pela discussão sobre os temas constantes
41 do decreto parte de uma não valorização da educação básica. Segundo ela, isso é
42 bastante preocupante, bem como a forma como o comitê gestor previsto se
43 organizará. A Professora xxxx lembrou que esteve em Brasília em 6 de setembro
44 último, para o lançamento do Relatório de Monitoramento Global da Educação, da
45 Unesco, e, segundo a fala do Ministro da Educação, Mendonça Filho, e do Presidente
46 do Conselho Nacional da Educação, Eduardo Deschamps, a tônica deste momento
47 será a valorização do ensino fundamental e, posteriormente, o ensino médio; que
48 talvez a ênfase saia agora do ensino superior e seja deslocada para o ensino
49 fundamental e o ensino médio. O Professor José Valdivino acrescentou que, com a
50 revogação dos dois decretos e com a política nacional, os funcionários da pasta

51 perdem a institucionalidade que existia, inclusive do ponto de vista de formação
52 pedagógica. Em seu entendimento, este fórum é incorporado também com a
53 coordenação estadual, que tem uma estrutura da Secretaria de Educação que toca o
54 Pró-Funcionário. Seria mais tarefa para o Fórum, que não tratará apenas da Política
55 Nacional de Formação de Professores, mas também de todos os profissionais da
56 educação do Estado do Paraná. Informou ainda que, com a oferta que a Seed está
57 fazendo agora, chegaremos muito próximos de 100% de funcionários estatutários
58 profissionalizados, de modo que o processo já viria para cá bem avançado. A isso a
59 Prof.a Fabiana destacou que o Paraná é hoje uma referência nacional, uma vez que
60 tem 93% de agentes educacionais com cursos de formação, com a previsão de
61 chegar a 100% ainda este ano. Assim, reiterou a pertinência de trazer o Pró-
62 Funcionário para este espaço de discussão, e afirmou que aguardará essa solicitação
63 formal por ofício. **III. ASSUNTOS: 1. Reforma do ensino médio:** A Presidente
64 informou que, também com o fim de sintonizar as ações já realizadas pela Seed com
65 as ações federais, a Seed realizaria naquela mesma manhã uma webconferência com
66 os NREs sobre o tema da reforma do ensino médio. Acrescentou que será realizado
67 um evento no próximo dia 13, simultaneamente com todos os 32 núcleos, a fim de
68 que um representante da Superintendência da Educação explique pontos críticos
69 como o conceito de medida provisória e outros e forneça um panorama dos números
70 do Estado, e, num segundo momento, para ouvir a comunidade – professores,
71 estudantes, pais, representantes dos NREs – com relação ao tema. Reiterou que a
72 falta de informação tem trazido maiores problemas, e observou ainda que está
73 acompanhando o movimento de ocupação das escolas por parte de alunos de
74 algumas escolas, tendo estado presente em alguns colégios. Informou ainda que as
75 contribuições do Paraná serão sistematizadas e apresentadas como emenda à MP.
76 Em seguida, a Professora Maria Irene observou que a própria formação de
77 professores com que se tem trabalhado não atende o Ensino Médio Inovador.
78 Observou que a aproximação efetiva com a educação básica atualmente é realizada
79 por meio do Programa de Desenvolvimento Educação – PDE e do Parfor. O Professor
80 afirmou que estamos numa situação muito complicada, considerando as não
81 definições em jogo. Foi realizada uma reunião do CEE com os pró-reitores das IES
82 estaduais para tratar da formação de professores, que consideramos uma questão
83 central, o eixo principal de todas as discussões que realizamos. Surgiram várias
84 dúvidas, entre as quais se caberia entrada diferenciada para licenciatura e
85 bacharelado. A medida provisória afeta inclusive a Resolução nº 02/2015, sobre a
86 formação de professores. Causa, portanto, preocupação, o termo “notório saber”,
87 constante da MP, que afirma que quem deve disciplinar essas questões são os
88 conselhos estaduais – que estão hoje em Brasília para fazer essa discussão.
89 Entramos em contato com a coordenadora da formação de professores para que se
90 clareasse uma série de questões, mas com a MP, ficamos ainda mais confusos. Outro
91 ponto relevante é que a formação nas universidades deve ter como base as diretrizes
92 nacionais. Assim, se estabelece uma contradição na resolução do Conselho que tem
93 prazo para ser implementada. É, portanto, fundamental definir como o Fórum
94 trabalhará com essas questões, a partir das discussões realizadas nas instituições
95 que representamos. É preciso definir que política definiremos. Segundo a Resolução
96 nº 02/2015, as instituições de formação de professores passam a ter uma relação não
97 mais com as escolas, mas com os sistemas educacionais. Porém, de um lado, as
98 instituições não têm definida uma política de formação de professores e, de outro
99 lado, não há integração com o sistema. A Professora Fabiana destacou que a MP dá
100 autonomia para os sistemas tomarem decisões e elaborarem propostas. No dia 13,

101 apresentaremos as três opções com relação às ênfases do ensino médio: a) O ensino
102 passa a ser por semestre. O aluno cursa os três primeiros semestres com disciplinas
103 da BNCC, e os três semestres seguintes, na ênfase de sua opção. b) O curso começa
104 com a BNCC, com carga horária maior e uma pequena parte na ênfase, e depois vai
105 diminuindo a base e aumentando a ênfase (mas com um pouco de cada um ao longo
106 dos três anos). c) A carga horária é dividida – BNCC e ênfase ao mesmo tempo em
107 todos os três anos. Essa opção é, no momento, a preferencial, e é como já funciona
108 nos cursos técnicos integrados do Estado. À parte disso, há outro aspecto a salientar:
109 em uma cidade grande, pode-se dividir a área por região – em um mesmo município,
110 podem ser ofertadas as cinco ênfases em cada escola. Se preferir, a escola pode
111 ofertar as cinco ênfases. Há vários questionamentos e definições a serem feitas –
112 entre elas, sobre a carga horária do noturno, migração de alunos de outros estados,
113 sobre as escolas familiares rurais etc. –, aspectos que serão definidos dentro da
114 autonomia do sistema educacional de cada estado. A Professora Sandra parabenizou
115 a Professora Fabiana pela mobilização e celeridade dada às discussões sobre a
116 implantação do novo modelo de ensino médio, e propôs que o coletivo discuta a
117 medida provisória e seu significado. Acrescentou que o Paraná deveria repudiar a
118 proposta de medida provisória, e que MPs são respaldadas apenas em caso de
119 relevância e urgência, no entanto os governos têm usado demais esse recurso para
120 assuntos que não o requereriam. O ensino médio é relevante, mas tratá-lo com MP é
121 menosprezar sua importância e constitui uma atitude autoritária, que não promove
122 adequadamente uma discussão sobre os problemas do ensino médio – todos eles
123 antigos, que não podem ser resolvidos no papel. A professora observou que considera
124 as diretrizes do ensino médio muito boas, e as diretrizes da educação profissional são
125 excelentes. O que precisa ser discutido é por que essas diretrizes não são colocadas
126 em prática. Concluiu que o trabalho do Estado deveria trabalhar para invalidar a
127 proposta de MP e para avançar nas discussões sobre o ensino médio, e não
128 concentrar-se no debate sobre a implementação da MP. Em seguida, a professora
129 elencou pontos da MP com os quais não concorda. A Professora Maria Irene sugeriu
130 que o Fórum produza uma nota relacionada à proposta de medida provisória.
131 Observou também que não apenas os alunos precisam ser ouvidos, mas também os
132 professores, já que estes têm sugestões a partir de sua perspectiva. A Professora xxx
133 observou que, ao contrário do noticiado, a MP não está sendo discutida há dois anos,
134 e que o professorado foi deixado de fora dessas discussões – assim como aconteceu
135 com relação às diretrizes das licenciaturas, em que nem o Conselho Estadual de
136 Educação e nem o Fórum dos Conselhos Estaduais tinham ciência das discussões.
137 Destacou que o Paraná tem se mobilizado agora para a implementação mas não foi
138 incluído nas discussões sobre o tema. xxxxxxxxx informou que o movimento sindical –
139 em nível nacional – é totalmente contrário, e decidiu não fazer nenhuma emenda à
140 proposta de medida provisória. Observou que, para discutir sobre o ensino médio, é
141 preciso mais recurso, e não menos. A Professora Fabiana salientou que, como
142 representante da Superintendência de Educação do Estado do Paraná, conduzirá
143 essa discussão, no objetivo de contribuir com a proposta informada, com o que
144 entendemos como razoável e pertinente para o nosso sistema educacional, e a
145 Secretaria de Educação, como parte integrante do Fórum, é justo que o
146 posicionamento da Seed também seja contemplado, no documento que o Fórum
147 entender ser necessário produzir. Respondendo ao questionamento do Professor
148 Mário Pederneiras sobre o ônus financeiro das mudanças propostas pela MP, a
149 Presidente respondeu que o custo dessas mudanças recairá sobre o sistema
150 estadual, e que todas as mudanças necessárias têm de ser feitas com muita

151 seriedade, levando em conta os diversos aspectos de cada questão. O Professor
152 Miguel destacou que acha fundamental a manifestação do Fórum, de forma
153 respeitosa, mas demarcando um posicionamento claro contra a medida provisória.
154 Salientou ainda que a manifestação dos professores deve também envolver a atenção
155 aos formadores de professores. Quanto à dilação solicitada pelas universidades ao
156 CEE, por exemplo, isso se deve ao fato de que as IES precisam ouvir os professores
157 da educação básica. Destacou, finalmente, dois pontos fundamentais: a) A
158 necessidade de nossas ações serem permanente e efetivamente conjuntas; b) A
159 necessidade de nos posicionarmos efetivamente. A Professora xxxx acrescentou que
160 a evasão que vai acontecendo no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino
161 superior, formando uma pirâmide educacional marcada pela evasão de 50 a 70% do
162 ensino fundamental para o médio. Destacou que é equivocado concentrar as
163 discussões sobre o ensino médio, ignorando as outras etapas, e reiterou que é
164 preciso pensar no sistema educacional como um todo. Observou que tem a
165 impressão de que concentrar as atenções da sociedade numa única etapa trata-se de
166 um jogo político, e por isso é necessário verificar o que está por trás desse debate. O
167 Professor Mário afirmou concordar com a manifestação do Fórum, mas isso precisa
168 ser acompanhado de uma reflexão mais profunda, e que o eixo do documento deve
169 incluir: a) uma referência às diretrizes curriculares do ensino médio, que foram
170 discutidas mas não implementadas, e o motivo por que isso aconteceu; b) a menção ao
171 “ônus” que caberá aos estados, e c) a ênfase à discussão sobre o ensino médio,
172 questionando a forma como o assunto está sendo tratado. Em adição à proposta da
173 carta, sugeriu que seja feita por uma comissão formada por membros do Fórum. A
174 Presidente pôs em votação a proposta da edição do texto pelo Fórum e a proposta de
175 fazê-lo por meio de uma comissão, propostas essas aprovadas pela maioria. Em
176 seguida, definiu-se por aclamação que a Prof.a Sandra seria a relatora da comissão
177 formada. **2. Atualização sobre o desenvolvimento do Forgrad Sul e do Forgrad**
178 **Nacional:** O Professor Miguel informou que o Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de
179 Graduação (Ponta Grossa, 28-29/07/2016) atingiu seus objetivos, tendo
180 representantes das mais diferentes instituições. O professor lamentou a ausência de
181 representantes da BNCC, pois a falta de informação sobre a Base dificulta a
182 implementação da reforma curricular, uma vez que a formação dos profissionais da
183 educação têm de estar em sintonia com o preceituado pela Base. Além disso, o
184 professor acrescentou que o documento encaminhado ao Fórum Nacional pela
185 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –
186 Andifes sobre o aumento da carga horária das licenciaturas causou surpresa.
187 Destacou uma pressão muito grande por parte das universidades particulares e
188 também um questionamento muito grande das universidades públicas (sobre como
189 ampliar carga horária sem contratação de professores). Por mais que seja mínimo,
190 esse impacto acontecerá. Acrescentou que não há nenhuma resposta formal do
191 Conselho Nacional de Educação, e por isso há um indicativo para que não se efetive
192 o aumento da carga horária das quatrocentas horas. Com relação a esse ponto, o
193 Professor Mario observou que na reunião ordinária do Conselho Nacional de
194 Educação haverá uma reunião da Comissão de Formação de Professores, presidida
195 pela Professora Malvina Tuttman. Observou que tem conversado com a Professora
196 Malvina a respeito das dúvidas que surgiram no Seminário realizado pelo Conselho e
197 que até o momento não há resposta sobre essas dúvidas. Ela informou que existe
198 uma grande probabilidade de que seja prorrogado o prazo de implantação. Em
199 seguida, o Professor sugeriu que o Fórum e o CEE promovam um seminário em fins
200 de outubro ou início de novembro, com a presença da Professora Malvina, para situar

201 a discussão sobre o tempo, considerando a Resolução CNE nº 02/2015. Finalmente,
202 o Professor manifestou seu receio de que o Conselho dê um prazo maior, e a
203 discussão se esvazie. O Prof. Miguel observou que a preocupação das IES estaduais
204 é exatamente oposta à das federais, e reiterou que as IES estaduais querem ouvir o
205 Sistema, chamando os professores da educação básica para dialogar com eles, e
206 para isso elas precisam de mais tempo. A isso o Prof. Mario destacou que o Fórum
207 tem uma composição adequada para realizar essa discussão, e que o que é central
208 no debate é a articulação com o Sistema (composto pelo sistema estadual e pelos
209 sistemas municipais) das instituições que oferecem formação. **3. Planejamento**
210 **estratégico do Fórum para 2017:** A Professora Maria Irene ponderou que talvez seja
211 necessário rever todas as posições relacionadas à Resolução 02/2015, pois se é
212 necessário pensar no ensino médio de outro ângulo, é obrigatório alterar a visão com
213 relação à contratação de professores, a organização disciplinar, além de outros
214 aspectos. Em 2013, ficou acertado de fazer-se um segundo seminário do Fórum no
215 ano seguinte, mas isso não foi operacionalizado devido a vários motivos. Quanto ao
216 planejamento estratégico do Fórum, ele não avança. As reuniões do coletivo, embora
217 custem muito, têm tido cunho meramente cartorial. Por isso, é necessário pensar
218 numa outra sistemática, à distância, conversando mais, no entanto, sem incorrer nos
219 erros de postura verificados quando da abertura do Moodle, em que não houve
220 diálogo. É preciso pensar nas diretrizes não com uma mentalidade de trinta nos atrás,
221 mas considerando a realidade atual, a fim de garantir que de fato haja avanços. É
222 preciso estabelecer metas específicas de trabalho do grupo. Quanto a isso, o
223 Professor Mário manifestou que um segundo seminário do Fórum seria um motivador
224 para essas ações. **4. Oferta de complementação aos egressos da Vizivali:** A
225 Professora Irene lembrou que a universidade foi surpreendida com a notícia de que
226 chegaria um documento da Seti dizendo que a IES teria que atender a egressos da
227 Vizivali – alguns reprovados, outros que estavam na iniciativa privada –, o que gerou
228 uma surpresa geral. A informação dava conta de que há um mandado de segurança
229 do STF que exigia que as universidades assumissem essa responsabilidade. Diante
230 disso, ela comentou que o Governo poderia fazer um convênio com alguma instituição
231 privada, para atender aos alunos dessas organizações. Continuando, acrescentou
232 que o panorama que se tem pela frente é que as instituições terão de atender aos
233 egressos que estão na iniciativa privada e aqueles que reprovaram, para fazerem a
234 complementação. Considerando a experiência da UEL, observou que os que estavam
235 reprovados tiveram três oportunidades de recuperação, mas mesmo assim não foram
236 aprovados. Por isso, ponderou, é um absurdo ter que ofertar complementação para
237 essas pessoas serem aprovadas e receberem seu diploma. O Professor Aroldo (Seti)
238 disse que a Professora Sueli Édi, que estava à frente da Secretaria, estava tratando
239 desse assunto. A Professora Hermínia (Seti) confirmou que de fato a Secretaria
240 recebeu do Supremo Tribunal Federal cópia do Mandado de Segurança 22.618/DF, e
241 que a Professora Sueli organizou um arrazoado e remeteu ao STF, mas ainda não
242 houve resposta. Continuou dizendo que o mandado pede, em caráter urgente, que os
243 professores que à época atuavam na rede particular sejam atendidos, já que, por
244 serem professores, têm o mesmo direito dos demais. Por isso, a Seti ainda não pode
245 dar uma devolutiva sobre o assunto. A professora reconheceu que se trata de uma
246 situação muito delicada; informou que houve uma comunicação inicial com o comitê
247 gestor da UFPR sobre a possibilidade de uma nova oferta. Ainda não se chegou a
248 nenhuma definição, mas tudo indica que de fato será necessário ofertar uma nova
249 complementação. A Professora Maria Irene complementou que não se pode esquecer
250 que o Parecer CNE nº 136/2011 afirma claramente que a complementação seria

251 ofertada para professores da esfera pública. Quanto a esse particular, o Professor
252 Mário comentou que o Conselho não falou em complementação; ele se baseou na
253 LDB e disse que era possível aproveitar conhecimentos. Portanto, tratava-se de um
254 novo curso – de Pedagogia (pois o da Vizivali não era de Pedagogia, mas sim um
255 programa de capacitação) –, e não de uma complementação. Ponderou que o erro do
256 Conselho Estadual de Educação foi permitir que esse curso fosse ofertado à
257 distância, para o que a Vizivali não estava credenciada. Por isso, a instituição não
258 poderia expedir diploma, apenas um certificado de conclusão. Em função de toda
259 essa situação, o CNE disse que seria possível aproveitar os estudos, mas com, no
260 mínimo, 1.300 horas. Portanto, não se trata de complementação, mas de
261 reconhecimento de conhecimento, num curso de Pedagogia. Além disso, o Professor
262 lembrou que o programa foi sustentado, em sua maioria, por recurso da Capes que
263 tinha como eixo a formação de professores da rede pública. (Por isso, é difícil
264 entender como o STF vai nessa direção.) Houve ainda duas instituições de ensino
265 superior privadas (o Centro Universitário de Maringá e uma universidade do Rio de
266 Janeiro) que, na mesma linha de compreensão do Parecer que era voltado para
267 professores da rede pública, ofereceram o curso. Assim, vários professores da rede
268 privada fizeram o curso, o que, do ponto de vista legal, não é correto. O professor
269 lembrou ainda que recebeu telefonemas de duas secretarias informando que o prazo
270 de contestação era exíguo; no entanto, sem ter acesso sequer ao teor do mandado,
271 não havia possibilidade de dar uma resposta adequada. Assim, é necessário nos
272 debruçarmos sobre esse processo a fim de entender quais são as exigências feitas, e
273 se há ainda alguma possibilidade de atender a essa demanda. Diante disso, a
274 Professora Hermínia comprometeu-se a enviar ao Fórum cópia do mandado, para
275 conhecimento de todos. **5. Diretrizes Curriculares para a formação inicial em nível**
276 **superior (Resolução CNE nº 02/2015):** Considerando a sugestão do Professor Mário
277 para o seminário e dependendo da confirmação da convidada – Professora Malvina –,
278 o coletivo discutiu várias propostas para o evento. O Professor Miguel observou que a
279 reunião precisa ser bem técnica e direcionada, para evitar desperdício de tempo e
280 recursos, e conseqüente frustração, e para garantir que se chegue a respostas aos
281 desafios. O Professor Mário concordou, reafirmando que o objetivo não é meramente
282 formal, e sim para avançar nas temáticas. Em seguida, a Professora comentou, tendo
283 em vista a medida provisória do ensino médio, que o Fórum precisa ser mais ativo ao
284 questionar a existência da MP. Ela observou ainda que o Conselho tem uma limitação,
285 e que nós precisamos adotar as ações necessárias. Por isso, o seminário pode ser
286 uma boa oportunidade para reafirmar a importância das Diretrizes, para manifestar o
287 descrédito com relação à proposta do Governo Federal e para definir uma política
288 estadual coesa para a formação docente. Destacou ainda que a República Federativa
289 define que cada ente da federação tem autonomia, e por isso não podemos esperar o
290 Governo Federal para definirmos o que fazer. O Paraná tem suas especificidades,
291 suas características e tem que ter uma proposta própria até mesmo para poder se
292 posicionar diante de novas propostas discordantes. Assim, a vinda da Professora
293 Malvina é importante, mas é preciso que o Paraná defina seu posicionamento diante
294 dos problemas do estado. Por isso, a comissão já poderia definir algumas questões
295 que seriam interessantes para a formatação de uma política de formação para o
296 Paraná, que integre a Seed, a Seti, CEE, Fórum e outras entidades, numa dinâmica
297 que permitisse que, ao final do segundo dia do evento, e com a manifestação da
298 Conselheira Malvina, tenhamos a linha mestra para o início ou continuidade para a
299 construção desse política estadual, com um horizonte conjunto bem definido. A seguir,
300 a Professora Maria Irene propôs que no primeiro dia seja colocada a interação com a

301 Professora Malvina e, na manhã do segundo dia, grupos de trabalho para a
302 elaboração de uma proposta efetiva, com a reunião do Fórum à tarde. Com isso, a
303 reunião ordinária se constituiria numa plenária para esse evento. Por fim, a
304 Professora comprometeu-se de enviar para todos o resultado do seminário do Fórum
305 de 2013. Quanto a isso o Professor Mário solicitou à Professora que, ao socializar
306 esse material, já solicite que cada representante elenque os pontos que entende
307 fundamentais para tratar no seminário. Por fim, definiu-se que o seminário será
308 realizado em 28 e 29 de novembro, e que contemplará também a realização da última
309 reunião do Fórum, anteriormente agendada para 8 de dezembro. O coletivo definiu a
310 comissão de organização do seminário, assim formada: Prof. Mário (CEE), Professora
311 Fabiana (Seed) e Professora Maria Irene (UEL), sendo que o Professor Mário
312 coordenará o trabalho do grupo. Definiu-se que a comissão ficará a cargo dos
313 contatos, programação (temas centrais de acordo com as expectativas), metodologia
314 de trabalho e condução otimizada da interação. **6. Convite do Forparfor à**
315 **Professora Fabiana:** A Professora Maria Irene convidou oficialmente a Professora
316 Fabiana para a reunião do Forparfor em Brasília, a acontecer nos dias 25 e 26 de
317 outubro próximo, sendo que no dia 25 pela manhã será realizada uma solenidade por
318 conta dos sete anos do Parfor. O convite feito à Professora Fabiana, deve-se a uma
319 sugestão para que todos os presidentes dos Fóruns estaduais estivessem presentes.
320 **7. Informes sobre o III Encontro Nacional do Parfor:** A Professora Maria Irene
321 informou que de 21 a 23 de setembro aconteceu o III Encontro Nacional do Parfor.
322 Relatou que mais de 240 pessoas estiveram presentes ao evento, provenientes do
323 Brasil inteiro, incluindo coordenadores do Parfor, egressos e alunos. Comentou que
324 nas salas de relatos de experiências, soube de ações impressionantes realizadas no
325 Norte e Nordeste do País, com envergadura e expressividade proporcionalmente
326 superiores às verificadas em nossa região. Reiterou, porém, que o Programa ainda
327 assim é necessário no Paraná. Ressaltou que o Estado tem 33 mil egressos do Parfor
328 e, atualmente, cerca de 25 mil cursistas, e que Piauí, Pará, Bahia e Amazonas têm o
329 maior número de cursistas do Parfor. Contou que, considerando as informações
330 coletadas dos participantes, conclui que as características das experiências Parfor
331 das diferentes regiões do País são muito distintas. Lembrou que estiveram presentes
332 as Professoras Mirian Celeste Martins e Terezinha Azerêdo Rios, ambas atuantes na
333 área de formação de professores, além do Professor Licurgo Peixoto de Brito, do
334 Pará, que trabalhou com essa área antes mesmo da existência do Parfor e,
335 compartilhou sobre sua trajetória. Em seguida, a Professora destacou a importância
336 de se obterem informações sobre as necessidades do Estado do Paraná quanto a
337 professores, e ressaltou a necessidade de que o sistema como um todo troque
338 informações sobre a área, e o papel do Fórum para estreitar essa comunicação. A
339 título de exemplo, mencionou a experiência contada por uma professora da
340 Unichapecó, que fez um projeto que exigia que os professores formadores fossem
341 para a escola, a fim de conhecerem sua realidade, o que conduziu a ótimos
342 resultados. Concluiu dizendo que o evento foi muito positivo e exitoso, e que os
343 resultados do seminário serão apresentados por meio de publicação. Em seguida, a
344 Professora Leonor referendou a fala da Professora Irene, e insistiu que o evento
345 permitiu uma percepção evidente sobre a uma preocupação com relação à formação
346 de professores em nível nacional. Destacou a organização do evento, o esmero da
347 UEL nesse sentido, e a oportunidade de crescimento de todos os participantes. A
348 Professora Irene ressaltou que o link para as transmissões do III Encontro Nacional
349 do Parfor, ocorrido entre os dias 21 e 23 de setembro, estará disponível em
350 mensagem a ser enviada. Acrescentou que, durante o evento, foi realizada uma

351 reunião envolvendo coordenadores regionais do Forparfor e a Capes, para realizar
352 um levantamento dos egressos para pensar as novas ofertas do Parfor, e informou
353 que o Manual Operativo do Programa está sendo reformulado. Observou que foi
354 sugerida a abertura de um curso de especialização para os egressos via Parfor, e
355 expôs as linhas gerais desse curso. Assim, a nova oferta seria voltada para
356 graduação e pós-graduação *latu sensu*, para preparar um trabalho em rede visando
357 os mestrados profissionais. Continuando, disse que será necessário que isso esteja
358 contemplado no planejamento estratégico do Estado – ou, no mínimo, do Fórum –, já
359 que a Capes adiantou que pedirá isso. Por isso, será necessário resgatar o
360 planejamento estratégico feito no passado, revê-lo e analisar a política de formação
361 de professores das universidades; além disso, é necessário incluir no Fórum o Parfor
362 como mecanismo de formação inicial e continuada. A Professora informou ainda que
363 provavelmente haverá oferta do Parfor para 2017, e que o Paraná tem necessidade
364 de formação de professores principalmente em duas áreas: segunda licenciatura e
365 formação pedagógica (considerada a formação do professor). Em seguida, a
366 Professora propôs aos membros que a autorizem para que, na reunião a ser realizada
367 este mês, defenda a necessidade dessas formações específicas no Paraná, proposta
368 essa aprovada pela maioria. **8. Discussão coletiva sobre a MP:** A Professora
369 Fabiana convidou a todos para o evento realizado pela Seed, no dia 13, nas cidades-
370 sede de todos os 32 núcleos regionais de educação, para discutir a medida provisória
371 do ensino médio. O Professor Miguel salientou a importância das ações conjuntas que
372 estão sendo realizadas entre os diferentes entes do sistema estadual de Ensino,
373 apresentou a disposição das IES estaduais para estarem juntas e auxiliarem no
374 debate sobre a MP, inclusive com a possibilidade de utilizarem suas dependências
375 para realizar o encontro a que a Presidente se referiu. A Professora agradeceu a
376 disposição, e afirmou que apresentará à Seed essa informação. **IV. Encerramento:**
377 Nada mais havendo a tratar, a Professora Fabiana agradeceu a todos pela presença,
378 e encerrou a reunião às 12 h. Eu, Aquias da Silva Valasco, lavrei a presente ata, que é
379 assinada por todos os presentes. Curitiba, 4 de outubro de 2016.